

Crueldade guerreira ou ideologia da guerra: imagens e estereótipos da Assíria em livros didáticos

Ruan Kleberson Pereira da Silva

Graduando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O primeiro contato sistemático que os indivíduos estabelecem com a história, normalmente, está atrelado ao ensino básico e ao livro didático. Dessa forma, esses manuais são de suma importância para a formação de conceitos históricos fundamentais para o conhecimento do aluno. Contudo, os manuais didáticos são produtos de uma indústria cultural, carregados de ideologia e de intencionalidades no momento de sua produção. Logo, não podemos, enquanto professores de história, tomar o conteúdo didático expresso nos manuais como verdade absoluta a ser defendida e ensinada. Devemos nos esforçar para apresentar o conhecimento histórico de modo a propiciar uma atividade reflexiva de nossos alunos, fazendo com que percebam sua importância diante de seu próprio processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, procuramos realizar uma breve discussão de como os conteúdos referentes à História Antiga, sobretudo Mesopotâmia, estão expressos em alguns manuais didáticos. Mais especificamente, pretendemos analisar como a Assíria é apresentada nos conteúdos didáticos, relacionando essa imagem, geralmente estereotipada, com os recentes estudos promovidos pela historiografia. Para tanto, nos deteremos à temática da guerra, indagando a pertinência da “crueldade guerreira” assíria, e verificando a ocorrência de uma ideologia da guerra na Alta Mesopotâmia por meio da análise dos conceitos de *misharum*, “justiça do soberano”, e *Kittum*, “ordem cósmica”. Ao cabo do nosso intento, pretendemos demonstrar que a guerra na Assíria fazia parte de toda uma complexa relação política, religiosa e social, e não como fruto de uma sociedade dita pejorativamente “bárbara”. Com isso, pretendemos fomentar um estudo da Assíria que vá além de concepções reducionistas, demonstrando a riqueza desta civilização que nos deixou um grande legado, obscurecido por estereótipos infundados, recorrentes em manuais didáticos.

Palavras Chave: Assíria – Crueldade guerreira – Livros didáticos.

Ensino de história e livros didáticos

Este trabalho pretende investigar as imagens e estereótipos da Assíria que são formuladas em livros didáticos do ensino médio e, a partir disso, promover uma discussão que abranja os conteúdos expostos por estes e os apontamentos que historiografia moderna nos fornece. Para tanto, precisamos conhecer, ainda que brevemente, o percurso vivenciado pelo ensino de história no Brasil. A este propósito, nos será fundamental os apontamentos pertinentes de Azevedo (2010).

Diante da necessidade de legitimação da formação do Estado-Nação, o ensino de História, obrigatório nos currículos escolares brasileiros desde a fundação do Colégio Pedro II (1838), estava voltado, durante o século XIX, ao desenvolvimento do espírito nacionalista e à instrução de uma elite nacional que estivesse capacitada para assumir cargos da administração pública. Nesse sentido, os discursos nacionalistas empreendidos pelo ensino de história foram de grande importância e, inclusive, foram apropriados pelo

Estado. Contudo, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), na Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e influenciado pela historiografia marxista da década de 1960 o ensino de história passou a se comprometer com a formação de um cidadão crítico-político. A partir da década de 1970, durante o Regime Militar, o ensino de história foi substituído pelos Estudos Sociais no ensino básico, as pesquisas históricas ficaram restritas aos cursos de especialização e os conteúdos históricos foram sendo esvaziados dos currículos em detrimento de abordagens nacionalistas com fins ufanistas. Todavia, com o retorno da democracia e os esforços empreendidos pela Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH) as décadas de 1980 e 1990 ficaram marcadas pela reorganização dos conteúdos e métodos no ensino de história, responsável pela educação das camadas populares que deviam, com isso, obedecerem à lógica de mercado e participarem ativamente dos setores sociais do processo democrático.

Com a consolidação do ensino de história e a instauração do processo de globalização nos diversos setores da sociedade do século XXI, há uma conjuntura histórica que promove tanto a valorização da história mundial sobre a história nacional, quanto da história regional sobre a história local, o que acarreta o despreparo das gerações em formação para compreenderem as minúcias culturais e identitárias que nem sempre conseguem ser enquadradas em modelos gerais propostos pelos livros didáticos. (BITTENCOURT, 2009, p. 155-156). Sendo assim, a formulação de modelos gerais indica uma necessidade histórica de homogeneização que, de certa forma, é exigida pelo modelo técnico-científico-informacional globalizado.

Dessa forma, podemos inferir que os livros didáticos estão suscetíveis a conjunturas históricas e que, além de serem um instrumento pedagógico, são objetos da indústria cultural e veículos portadores de um sistema de valores, condicionados por razões econômicas, ideológicas e técnicas. Com isso, ao retratar a perspectiva pedagógica, a configuração didática e apresentar o tipo de aluno e sujeito que se desejava formar em determinada época, o livro didático é, também, um documento. (AZEVEDO e LIMA, 2011, p. 73).

Livros didáticos: imagens e estereótipos da Assíria

Levando em consideração que os livros didáticos refletem ideias, valores e a ideologia de uma época, podemos apontar que as conjunturas históricas de cada época

imprimem a necessidade de determinado tipo de formação de modo que os interesses propostos possam ser alcançados. Dessa forma, analisá-los é mais que um trabalho voltado para o ensino, é, também, uma pesquisa de cunho histórico. Deste modo, a proposta de investigação de cinco livros didáticos de história, direcionados ao ensino médio e compostos durante a primeira década do século XXI, permitir-nos-á identificar o que se pretende ensinar em história antiga, sobretudo sobre a Mesopotâmia e Assíria, no modelo de ensino atual.

Como pretendemos investigar os conteúdos referentes à Mesopotâmia, primeiramente analisaremos os capítulos 'A Mesopotâmia' (FIGUEIRA, 2002) e 'Mesopotâmia, berço de civilizações' (BRAICK e MOTA, 2002). Em ambos os capítulos há o predomínio da história política da Mesopotâmia e dos principais povos que a ocuparam. Outro ponto convergente é a descrição das características naturais favoráveis à prática da agricultura no território mesopotâmico que, no caso de Figueira (2002), dá margem à hipótese causal hidráulica¹. A partir daí, apresentam-se os povos mesopotâmicos, dos quais são destacados o período histórico em que predominaram na Mesopotâmia, os principais fatos e reis. Consecutivamente passa-se a descrever os aspectos econômicos, sociais e culturais mais marcantes da sociedade mesopotâmica. Ao fim dos capítulos, exercícios são propostos e, por meio destes, identificam-se as distinções das propostas didáticas de ambos. Enquanto o de Figueira (2002) pouco exige do aluno – que não necessita problematizar ou refletir sobre o que teria aprendido –, o de Braick e Mota (2002) exige que o aluno reflita sobre o que estudou no capítulo e aplique os conhecimentos que foram obtidos em sua própria realidade.

No tocante aos assírios, no entanto, os textos compartilham da mesma opinião. Figueira (2002, p. 26) aponta que esse povo seria de origem semita e praticava a atividade do pastoreio no norte da Mesopotâmia, região montanhosa. Contudo, ressalta que a Assíria se tornou uma sociedade altamente militarizada e expansionista, fazendo uso de métodos de guerra "extremamente cruéis". Braick e Mota (2002, p. 46), por sua vez, apresentam que as migrações de povos nômades foram responsáveis pela ocorrência de muitos conflitos territoriais, nos quais os assírios, um desses povos nômades, formaram um vasto império pautado na sua máquina de guerra. Assim, o seu exército e as incessantes campanhas militares tratavam os vencidos com "extrema crueldade: mutilações, torturas e deportações em massa das populações derrotadas".

‘Povos da Mesopotâmia’ (COTRIM, 2005) é guiado por questões norteadoras expostas na folha de rosto da unidade ‘Antiguidade Oriental’, o que faz com que o aluno reflita, ainda que superficialmente, sobre seus conhecimentos prévios e o professor, de outro lado, utilize dos conhecimentos de seus alunos para direcionar sua aula. Além disso, Cotrim (2005) faz uso de grupos temáticos que sistematizam o texto, introduzido com a descrição toponímica e geográfica da Mesopotâmia, seguido com os apontamentos do desenvolvimento da agricultura e da pecuária, das formas de divisão do trabalho e dos agrupamentos urbanos em aldeias, vilas e, posteriormente, em cidades. Com isso, passa-se às descrições sociais babilônicas, dando destaque à figura do rei Hamurábi e a seu *Código de Leis*ⁱⁱ, por meio do qual Cotrim (2005) faz breves comentários a respeito da expressão da justiça que deveria ser exercida pelo rei, responsável por ser o ordenador da vida social. A sessão denominada ‘Oficina de História’ encerra o capítulo levando o aluno a refletir sobre o seu aprendizado, relacionando-o com sua própria realidade. Além disso, na sessão ‘Para saber mais...’, Cotrim (2005) indica leituras complementares básicas de história antiga, trabalhos de especialistas da área.

No que se refere à Assíria, esta é apresentada como sendo precursora na criação de um exército permanente poderoso e bem equipado, visto que a infantaria utilizava lanças, escudos e espadas de ferro e a cavalaria tinha carros de combate com rodas reforçadas. (COTRIM, 2005, p. 42).

‘Antiguidade Oriental’ (FERREIRA e FERNANDES, 2010) apresenta uma abordagem diferenciada, visto que é proposto o estudo do Egito, da Mesopotâmia, dos hebreus, dos fenícios e dos persas em apenas neste capítulo. O texto é introduzido se referindo ao desenvolvimento da agricultura, acarretando a necessidade de obras voltadas à irrigação, o que remete à *hipótese causal hidráulica*. A partir daí, passa-se ao estudo das sociedades do Oriente Próximo, inicialmente a do Egito e, consecutivamente, da Mesopotâmia, da qual são descritas a geografia, a fundação das primeiras cidades e a consolidação dos primeiros centros de poder sumerianos, tais como Acádia e Babilônia. Posteriormente é traçado um breve histórico dos povos hebreus, fenícios e persas. Ao final do capítulo, consta uma brevíssima cronologia, um resumo dos conteúdos estudados, indicações bibliográficas e cinematográficas e exercícios de revisão e aprofundamento dos conteúdos.

A Assíria, por sua vez, é apresentada como sendo formada por tribos de pastores que habitavam a região montanhosa, ao norte da Mesopotâmia. Durante o

século VIII a.C., teriam organizado um exército com recrutamento obrigatório e as guerras e massacres violentos impuseram dominação sobre povos vizinhos e fundaram um vasto império. (FERREIRA e FERNANDES, 2010, p. 26).

O último capítulo a ser investigado é 'Mesopotâmia: terra entre rios' (VAINFAS *et al.*, 2010). Neste capítulo, os autores fazem apontamentos iniciais relacionados ao topônimo e à descrição geográfica da Mesopotâmia, seguindo-lhe breves aspectos históricos da Babilônia e da Assíria. Posteriormente, o texto se encerra descrevendo as leis da Babilônia através de descrições do *Código de Hamurábi*.

Embora a Assíria disponha de uma sessão particular no texto, as informações contidas nele são breves e, até certo ponto, desconexas. Novamente, o aspecto militar é ressaltado: de um lado, na conquista da Babilônia (729 a.C.) e no ataque aos hebreus por Sargão II e, de outro, nas derrotas militares que acarretaram o enfraquecimento do império sob Assurbanipal. Este, por sua vez, é apontado como o responsável pela construção da Biblioteca de Nínive, a qual continha textos sobre o império assírio. (VAINFAS *et al.*, 2010, p. 39)

Considerando as exposições feitas pelos livros didáticos investigados, os assírios são apresentados como sendo um povo de origem semita que praticava o pastoreio no norte da Mesopotâmia e, posteriormente, constituiu-se em uma sociedade militarizada e expansionista que, através da sua máquina de guerra poderosa e bem equipada, fundou um vasto império à medida que tratava os povos vencidos com extrema violência e crueldade, por meio de empalamento, tortura, mutilação e deportação. Rossi (2008, p. 43) corrobora com esta proposição ao expor os assírios como sendo um povo de guerreiros cruéis e brutais que, compenetrados, não demonstravam qualquer sentimento humano, provocando terror e medo em todo o Oriente Próximo.

Entretanto, essa imagem estereotipada está atrelada à opressão retratada nos textos bíblicos que os assírios impuseram ao povo hebreu. Esse relato hebreu é de fundamental importância por ser o único registro preservado que apresenta a versão de um povo que foi subjugado pelos assírios. Nesse sentido, o historiador deve estar ciente que o discurso hebraico é, essencialmente, um discurso de alteridade, um discurso sobre o outro, condicionado por conjunturas históricas particulares e que não pode ser tomado como detentor de verdades, tampouco como única fonte para o estudo de sociedades do antigo Oriente Próximo.

A ideologia da guerra na Assíria: noções de *kittum* e *mîsharum*

De início, vale ressaltar que não há guerra que não seja cruel. Se a guerra era uma prática recorrente entre os povos da antiguidade, como indicam os relatos sobre disputas territoriais que dispomos, poderíamos inferir que esses povos eram cruéis. No entanto, são os assírios que carregam até hoje o estereótipo da crueldade guerreira. Não é nosso objetivo, porém, romantizar ou apaziguar as práticas guerreiras do exército assírio, mas propor uma leitura contextualizada da conjuntura histórica na qual tais práticas foram exercidas.

De antemão, é importante que frisemos que as imagens da Assíria que são recorrentes em livros didáticos de história são devedoras, em grande medida, de três fatores: do testemunho hebraico, do relato dos autores clássicos e da aplicação de conceitos humanitários contemporâneos aos espetáculos da guerra que os assírios deixavam ver em textos e esculturas parietais palacianas. Deste modo, para que possamos analisar quais os interesses intrínsecos na confecção de suportes textuais ou iconográficos, os quais atestem a política do terror assírio, é necessário que nos desapossemos de nossos preconceitos e de nossos valores ocidentais, que devem ser legados ao segundo plano, de modo a garantir uma análise mais profícua das fontes assírias, sobretudo dos relevos parietais dos palácios neoassírios.

Assim sendo, estaremos aptos a perceber que não foi à toa que os assírios confeccionaram esculturas parietais, nas quais retratam o uso da força militar e as práticas do terror e da tortura para subjugar seus inimigos. Isto foi produto, como aponta Kramer (1980, p. 56-57), de uma conjuntura geopolítica marcada pela presença frequente de povos inimigos nas fronteiras territoriais assírias, que ameaçavam sua autonomia política e territorial. Nesse sentido, as ações assírias de intervenção guerreira e a política do terror transcenderam a finalidade de instrumento de conquista e de repressão às revoltas externas, convertendo-se em uma eficaz ferramenta de administração continuada ao fazer uso da brutalidade, da destruição e da militarização das relações políticas. A belicosidade extremada e a violência permanente são, portanto, resultantes das novas condições históricas que emergiram com o fim da chamada Idade do Bronze.

Dessa forma, os reis Tukulti-Ninurta II (890-884 a.C.), Assurnasirpal II (883-859 a.C.) e Shalmaneser III (858 – 824 a.C.) utilizaram da política de conquista territorial como instrumento de autodefesa. A partir das campanhas militares que foram

empreendidas e da habilidade militarista de cada um destes reis a Assíria se tornou um grande e poderoso reino, alicerce para o surgimento do império. Além disso, Roux (1992) demonstra que o rei assírio, representante do deus nacional, deveria difundir o culto de Assur para todo o mundo. Para tanto, poderia intervir por meio da força, já que os reis inimigos eram considerados inimigos do deus e, logo, merecedores de punições. Dessa forma, as lutas e ocasionais massacres eram justificados pela ideologia político-religiosa Assíria. Assim sendo, a presença de representações de guerra e de campanhas militares em esculturas parietais dos palácios reais neoassírios indica, como afirma Moscati (1985), uma finalidade tipicamente documental, mas também ritual e mágica. A arte mesopotâmica apresenta, portanto, uma função prática na associação da ideologia política à religiosa em representações parietais. Assim sendo, os baixos-relevos esculpidos sobre lajes de alabastro que recobriam as paredes dos palácios reais neoassírios são considerados um dos maiores representantes da arte mesopotâmica, retratando empreendimentos ligados à figura do rei, elo de articulação entre o poder monárquico e a religião na Assíria.

O soberano era o escolhido dos deuses e seu representante maior perante os mortais, grande provedor dos templos e meio de comunicação, nos cultos, entre o mundo humano e divino. O rei, portanto, é um fator de equilíbrio cósmico, atuando nas dimensões humanas e divinas da existência, através da íntima relação entre soberania e justiça. Para que esta relação possa se tornar inteligível devemos considerar que enquanto a noção de *mîsharum*¹ concede ao rei o estatuto de mantenedor da justiça social, a noção de *kittum*² indica o atributo do soberano como responsável pela ordem cósmica, através de um exercício contínuo de combate a todas as manifestações das forças do caos. Em termos práticos, o rei deveria prover seu povo, garantindo a fertilidade dos campos, as boas colheitas, a construção e manutenção dos canais, ao passo que assumia as atribuições de chefe guerreiro, devendo defender seu povo e seu país dos ataques inimigos e, eventualmente, conduzir suas tropas para conquistar ou apaziguar terras distantes. (REDE, 2009, p. 136-137). Nesse sentido, como aponta J.-J. Glassner (*apud* POZZER, 2010, p. 121-122),

(...) o imperialismo assírio, convencido de sua ideologia universal, assimila a guerra a uma luta contra as forças do mal. Concebida como uma experiência ordálica, a guerra se tornou um elemento constitutivo da ordem cósmica. Ela salva a população, o rei sendo instrumento da justiça divina, e o deus Assur se vestindo de uma

¹ O termo “mîsharum” pode ser traduzido como “justiça”.

² O termo “kittum” pode ser traduzido como “verdade”, “justiça”, “equilíbrio”

figura guerreira. (...) O estatuto de inimidade e de negatividade do inimigo faz com que as destruições e as devastações adquiram um caráter positivo. O rei assírio é sempre bom e justo, o inimigo mentiroso, mau e impuro. Os historiadores assírios, zelosos servidores do príncipe, repercutem esta ideologia oficial.

Nesse sentido, o discurso iconográfico assírio desempenhou uma função política, ideológica e propagandística de justificação do poder real do soberano e do poder divino do deus Assur. Concomitantemente, a guerra era o instrumento de glorificação do soberano e da Assíria, haja vista que a vitória do representante de Assur no campo de batalha garantia, simultaneamente, a difusão do culto do deus patrono, a manutenção da ordem cósmica e a autonomia política e territorial da Assíria. Com isso, as cenas das batalhas esculpidas nas paredes eram absorvidas pelo imaginário daqueles que circulavam pelo palácio, servindo como uma recomendação do desenvolvimento técnico e tático da potência de guerra assíria. Consequentemente, o “outro”, seja ele o inimigo, o estrangeiro, o autóctone, ou os altos funcionários, devia dispensar respeito ao império e à figura do rei caso não quisesse ser suplantado pela força e destacada autoridade do império, pois todo aquele que desafiasse a ordem estabelecida estaria sujeito a enfrentar o poderio militar assírio, capaz de aprisionar, mutilar, sitiar e destruir. (POZZER, *et al.*, 2002, p. 171-178).

Nesses termos, a mutilação de partes dos corpos dos inimigos era um símbolo de força que demonstrava a que estariam sujeitos os opositores do poder real. Por isso, a prática da decapitação e exposição das cabeças dos inimigos era um elemento muito recorrente na guerra assíria visto que o amontoamento de cabeças decapitadas era o testemunho do prestígio e da qualidade do exército assírio e era, igualmente, instrumento de proteção real. (POZZER, 2011, p. 20). Dessa forma, a política do terror praticada pelos assírios servia como elemento coercitivo contra os povos inimigos, os povos subjugados e os povos sob influência política direta da Assíria. Nesse sentido, a violência aparece nos relevos assírios como consequência da conjuntura política que se estabelece no Oriente Próximo a partir do século XI a.C. e não como produto cultural de um determinado grupo étnico, o neoassírio, como alguns discursos contemporâneos – pautados em fontes hebraicas e em autores clássicos – quiseram nos fazer acreditar.

Os relevos parietais assírios dispostos nas paredes dos palácios reais nas capitais do império neoassírio eram, em suma, um instrumento que fazia ver a sua audiência – o rei, o príncipe herdeiro e a família real; cortesãos (altos oficiais e funcionários assírios) servos e empregados (músicos, escribas e adivinhadores); deuses

(ou, pelo menos, suas estátuas) e assírios; provincianos ('antigos estrangeiros'), estrangeiros subjugados (enviados para visitas ou pagamento de tributos) ou independentes (enviados de países não subjugados ao controle político direto da Assíria) e prisioneiros estrangeiros – uma mensagem ideológica do poder e esplendor do império assírio, ao qual não deveriam se opor sem correr o risco de sentir o jugo de seu poderoso exército.

Considerações finais

As representações de violência na Assíria não são um atributo étnico. As cenas esculpidas nas paredes de palácios reais neoassírios estão carregadas de significação e compõem um discurso de legitimação do exercício do poder real assírio. São produtos de uma conjuntura histórica particular de afirmação da autonomia territorial e política iniciada, sobretudo, nos reinados de Tukulti-Ninurta II (890-884 a.C.), Assurnasirpal II (883-859 a.C.) e Shalmaneser III (858 – 824 a.C.), os quais forneceram as bases para o surgimento do vasto e poderoso império neoassírio. Para tanto, utilizaram da política do terror para que tais conquistas fossem mantidas e de elementos simbólicos que justificassem os demais empreendimentos do rei, representante do deus Assur.

Logo, o historiador deve levar em consideração o contexto de produção da sua fonte para que, a partir daí, possa criticá-la, sem tomá-la como detentora de verdade, mas adotando-a como a versão de um grupo que a produziu. Da mesma forma, o professor de história deve lançar mão de fontes históricas para a análise do passado, de modo a propiciar um ensino que seja profícuo à realidade de seus alunos. No entanto, quando nem historiadores, nem professores fazem a crítica documental dos objetos de estudo, corre-se o risco de se formular pesquisa ou ensino de história precário, o que é, certamente, uma lástima. Nesse sentido, como grosseiramente deixa transparecer alguns livros didáticos, considerar que a Mesopotâmia era um espaço unívoco entre os vales dos rios Tigre e Eufrates, no qual os povos mesopotâmicos habitavam e partilhavam de uma cultura comum, produto da junção de elementos sumérios e semitas, é um equívoco tanto em termos teóricos, quanto metodológicos.

De início, vale ressaltar que a nomenclatura da região dos vales dos vales do rio Tigre e Eufrates é uma ficção. O termo Mesopotâmia foi atribuído, posteriormente, pelos autores gregos. Além disso, seria um anacronismo se considerássemos que os povos que a habitaram se denominavam 'mesopotâmicos'. Os assírios, por exemplo,

habitavam a região que seus contemporâneos denominaram Djezireh, ao norte do vale do Tigre. Isto posto, devemos estar atentos ao fato de o agrupamento de elementos distintos sob uma mesma nomenclatura poder levar o aluno a inferir que estes povos conservavam uma determinada unidade política e cultura, o que é impecado.

Aliás, considerar que os assírios eram cruéis e torturadores é outro equívoco. Frequentemente, este aspecto é ressaltado tomando como referencial nossos valores e preconceitos contemporâneos, o que é para o desenvolvimento do conhecimento histórico por parte do aluno. É necessário que ressaltemos que havia uma ideologia da guerra, havia uma motivação política e histórica para a execução de tais práticas pelos assírios. Nesse sentido, o professor poderá lançar mão de fontes históricas para a análise destas sociedades da antiguidade, fazendo com que o aluno estivesse mais próximo do trato com as fontes e apto a ler e interpretar os fatos de seu próprio cotidiano. Entretanto, os livros didáticos trabalham as fontes corriqueiramente como caráter ilustrativo e não as interpretam como testemunhas históricas. Em compensação, o uso de mapas é bastante comum e, de certa forma, perigoso. Ao considerar que os assírios eram homens cruéis e que habitavam a região que, hoje, corresponde ao Iraque, o aluno pode rapidamente inferir que se os assírios eram cruéis, os árabes também o são. Embora uma abstração, esta é uma possibilidade interpretativa aberta ao aluno, na qual o professor não pode, de maneira alguma, reafirmar o estereótipo antigo, nem o contemporâneo. O papel do professor-historiador é o de formar seu aluno para a vida em sociedade, respeitando as diferenças e enfatizando as semelhanças culturais.

A solução para tantas lacunas é, portanto, a utilização do livro didático como uma nova linguagem no ensino de história, o que exige comprometimento e reflexão a respeito da própria prática docente para que se possa promover benefício à aprendizagem do aluno e meios para que possa interferir na sua própria realidade. Assim, o professor deve abandonar a utilização do livro didático por si só, como um elemento ilustrativo. Assim, o livro didático e as fontes históricas devem ser trabalhados de modo que os alunos percebam a importância de refletir sobre o que veem e leem e, a partir disso, interpretar, compreender e reinterpretar a história assíria, adquirindo meios e ferramentas que os instrumentalizem para agir sobre sua própria realidade.

Referências

AZEVEDO, C. A renovação dos conteúdos e métodos da História ensinada. **Revista Percursos**. v. 11, n. 2, p. 7-27, Jul/Dez. 2010.

AZEVEDO, C. B.; LIMA, A. C. da S. Leitura e compreensão do mundo na Educação Básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. **Roteiro**. Joaçaba, v. 36, n. 1, p.55-80, jan./jun-2011.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

FERREIRA, J. P. M. H.; FERNANDES, L. E. O. **Nova história integrada**. Campinas – SP: Companhia da escola, 2005.

FIGUEIRA, D. **História**. São Paulo: Ática, 2002. (Série Novo Ensino Médio).

KRAMER, S. N. **Mesopotâmia**: o berço da civilização. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. (Biblioteca de história universal Life).

MOSCATI, S. **Como reconhecer a arte mesopotâmica**. São Paulo: Martins Fontes, 1985. (Como reconhecer a arte, v. 10).

POZZER, K. M. P. Uma história assíria: o espetáculo do terror em uma composição artística. In: MARQUES, J. B.; MENDES, N. M. ROSA, C. B. da; TACLA, A. B.; (orgs.). **A busca do Antigo**. Rio de Janeiro: NAU Ed., 2010. p. 119-132.

_____. Poder, guerra e violência na iconografia assíria. **Revista Phoênix**, v. 17/2, Rio de Janeiro, 2011. p. 12-25.

POZZER, K. M. P. *et al.* A tecnologia da guerra nos relevos neoassírios. **Revista de Iniciação Científica**, v. 1, Canoas - RS, 2002. p. 169-179.

REDE, M. O 'rei da justiça': soberania e ordenamento na Antiga Mesopotâmia. **Revista Phoênix**, v. 15/1, Rio de Janeiro, 2009. p. 135-146.

ROSSI, L. A. S. **Cultura militar e de violência no mundo antigo**: Israel, Assíria, Babilônia, Pérsia e Grécia. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

ROUX, G. **Ancient Iraq**. 3. ed. Londres: Penguin Books, 1992.

VAINFAS, R. *et al.* **História**: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2010.

Notas

ⁱ Para obter mais detalhes, consultar CARDOSO, C. F. S. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo**. São Paulo: Ática, 2007.

ⁱⁱ Para obter mais detalhes, consultar BOUZON, E. **O código de Hammurabi**, rei da Babilônia. Petrópolis: Vozes, 1976.